



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006755-98.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Espécies de Contratos**
 Exequente: **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A**
 Executado: **TA INFORMÁTICA E COLCHÕES LTDA ME e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **Banco Mercantil do Brasil S/A** em face de **André Maruan Taha** e **T.A. Informática e Colchões Ltda.** Requereu a intimação dos requeridos para o pagamento do débito no montante de R\$14.729,17.

Juntou documentos de fls. 02/17.

Determinada a intimação dos executados por edital, nos termos do art. 513,§2º, inciso IV, do CPC (fl. 19).

Intimados por edital (fl. 29), os executados apresentaram impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 34/35) por negativa geral, através de Curador Especial.

Manifestação do exequente às fls. 39/42, com a apresentação de planilha atualizada do débito às fls. 43/46.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial.

Intimados por edital, a Defensoria Pública do Estado foi devidamente cientificada para atuar como curadora especial, nos termos do art. 72, inciso II, do NCPC e apresentou contestação por negativa geral.

Verifico que não houve qualquer alegação que pudesse atingir a exigibilidade do título executivo judicial. Nos termos do art. 525, §1º, do CPC:

Na impugnação, o executado poderá alegar:

- I - falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia;
- II - ilegitimidade de parte;
- III - inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação;
- IV - penhora incorreta ou avaliação errônea;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

V - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções;

VI - incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução;

VII - qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença.

Assim, não tendo a presente impugnação se enquadrado em qualquer das hipóteses legais, de rigor a sua rejeição.

A planilha apresentada pelo impugnado às fls. 43/46, utiliza os parâmetros determinados na sentença, sendo que, à falta de impugnação fica reconhecida.

Ante o exposto, **REJEITO** a impugnação.

Descabida a fixação de honorários, de acordo com a Súmula 519, do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

Prossiga-se com o cumprimento de sentença, requerendo o exequente o que de direito.

P.I.

São Carlos, 27 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**